



CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.
CNPJ 06.981.381/0001-13



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					
Ativo	Consolidado		Controladora		Passivo	Consolidado		Controladora		
	Nota	2025	2024	2025		2024	Nota	2025	2024	2025
Caixa e equivalentes de caixa	8	324.775	227.402	324.535	226.348	16	24.491	21.810	23.463	19.504
Aplicações financeiras	8	304.617	294.176	304.617	294.176	14	11.395	8.546	9.984	7.793
Contas a receber	9	9.857	19.405	9.857	19.405	17	665	110	665	110
Estoque		9.377	11.173	9.377	11.173		1.344	2.632	1.344	2.632
Impostos a recuperar		27.305	-	27.305	-	18	46.953	40.522	46.290	40.193
Ativo biológico		-	1.204	-	1.204	27	36.765	38.030	36.765	38.030
Outros ativos	10	8.295	4.976	7.747	4.320	20	957	926	957	926
Total do ativo circulante		684.226	558.336	683.438	556.626		1.260	266	2.445	1.734
Contas a receber	9	23.921	25.129	23.921	25.129		123.830	112.842	121.913	110.922
Outros ativos	10	9.887	15.463	9.887	15.463	14	23.755	20.571	22.898	20.571
Depósitos judiciais	19	1.186	1.453	1.186	1.453	17	134.767	74.325	134.767	74.325
Impostos a recuperar		5.047	6.188	5.047	6.188	20	5.889	5.946	5.889	5.946
Ativo fiscal diferido	11	28.362	28.795	28.362	28.795	21	32.877	-	32.877	-
Total do realizável a longo prazo		68.403	77.028	68.403	77.028	19	650	1.362	650	1.362
Investimento	12	-	-	2.221	3.041		197.938	102.204	197.081	102.204
Imobilizado	13	133.082	92.067	131.239	89.700		321.768	215.046	318.994	213.126
Direito de uso	14	35.526	28.135	33.336	27.505	22	562.203	562.203	562.203	562.203
Intangível	15	526.700	439.111	526.526	438.857		17.918	12.630	17.918	12.630
Total do ativo não circulante		763.711	636.341	761.725	636.131		35.204	26.420	35.204	26.420
							23.571	-	23.571	-
							484.561	376.485	484.561	376.485
							2.712	1.893	2.712	1.893
							1.126.169	979.631	1.126.169	979.631
							1.447.937	1.194.677	1.445.163	1.192.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldos em 1º de abril de 2023	Reserva de capital		Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de integralidade do patrimônio líquido	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Pagamento baseado em ações						
562.203	12.308	18.905	-	-	267.966	1.318	-	862.600
Pagamento baseado em ações	-	2.190	-	-	-	-	-	2.190
Recuperação de ações	-	(1.868)	-	-	-	-	-	(1.868)
Resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	(85)	-	(85)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	660	-	660
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	152.307	152.307
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	7.615	-	-	-	(7.615)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(36.173)	(36.173)
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	-	-	-	-	108.519	-	(108.519)	-
Saldos em 31 de março de 2024	562.203	12.630	26.420	-	376.485	1.893	-	979.631
Pagamento baseado em ações	-	5.288	-	-	-	-	-	5.288
Resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	477	-	477
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	342	-	342
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	175.677	175.677
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	8.784	-	-	-	(8.784)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	23.571	-	-	(23.571)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(35.830)	(35.830)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	584	-	-	584
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	-	-	-	-	107.492	-	(107.492)	-
Saldos em 31 de março de 2025	562.203	17.918	35.204	23.571	484.561	2.712	-	1.126.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A. ("CTC" ou "Companhia") tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias. A sede da Companhia está localizada na cidade de Piracicaba, no estado de São Paulo. Desde 24 de agosto de 2016 a Companhia possui registro de companhia aberta na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e integra o segmento Bovespa Mais. A Companhia possui duas grandes áreas de foco de pesquisa sendo uma delas a de Melhoramento genético na qual detém um amplo banco de germoplasma de cana-de-açúcar e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da modificação genética utilizando a biotecnologia aplicadas à cana. Outro foco é a área de Novas Tecnologias, explorando tecnologias disruptivas buscando ganhos de produtividade, como por exemplo, as sementes artificiais. Sendo esses apenas um exemplo segundo o CPC 22 - Informações por segmento. O Projeto de Sementes Artificiais reforça o nosso papel disruptivo pois busca desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de semente sintética que poderá simplificar as operações de transporte, armazenagem e plantio dos produtores e usinas de cana-de-açúcar, e promover o aumento de competitividade, tanto na redução de custo (máquinas, mão de obra, insumos) como no aumento da receita. A Companhia possui uma subsidiária integral, denominada CTC Genomics LLC, localizada em Saint Louis, Estados Unidos da América, ("CTC Genomics" ou "Controlada"), cujo objeto social é de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A Companhia e sua controlada são denominadas em conjunto como "Grupo", nessas informações trimestrais. Em linha com a nossa estratégia de desenvolver tecnologias disruptivas que aumente a produtividade agrícola no setor sucroenergético, em 8 de junho de 2017, obtivemos da CTNBio, a aprovação da primeira variedade geneticamente modificada de cana-de-açúcar denominada CTC20BT. Essa variedade representou um marco na indústria sucroenergética global. Desenvolvida com tecnologia 100% brasileira pelo Grupo, a variedade CTC20BT é resistente à broca da cana (*Diatraea saccharalis*), principal praga das lavouras brasileiras. Em 2018, tivemos a aprovação da segunda variedade de cana-de-açúcar geneticamente modificada, a CTC90BT. No terceiro trimestre de 2019, a CTNBio publicou a aprovação do uso comercial do terceiro evento de modificação genética em variedade de cana-de-açúcar, a CTC900BT. A nova variedade também tem como característica a resistência à broca da cana, principal praga que ameaça a cultura. Mais uma variedade é aliada transformada e adaptada a diferentes regiões foi aprovada para comercialização. A aprovação das variedades geneticamente modificadas consolidou o *know how* do CTC em desenvolver e aprovar variedades geneticamente modificadas de cana-de-açúcar que atendam às necessidades do setor sucroenergético brasileiro. Em 21 de setembro de 2020 foi aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho de Diretoria o orçamento para um potencial oferta pública inicial de ações (IPO) da Companhia, considerando as demais despesas necessárias para a referida operação. Em 21 de outubro de 2020 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária a migração de segmento de listagem da Companhia, do segmento especial denominado Bovespa Mais, para o segmento especial de negociação denominado Novo Mercado, ambos perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), e a consequente submissão à B3 do pedido de migração de segmento de listagem, nos termos do Manual do Emissor e do Regulamento do Novo Mercado da B3. Na data de 20 de abril de 2021 a Companhia informou ao mercado sobre a postergação da oferta pública pela Companhia, em função da deterioração das condições de mercado. Atualmente a Companhia está aguardando um momento mais oportuno para a realização do IPO. Em 2024 tivemos a aprovação do projeto executivo da planta demonstrativa de Sementes e validação do modelo de negócio, com investimento aprovado de R\$ 84 milhões para sua construção.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da companhia em 22 de maio de 2025.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. As estimativas das revisões são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 9 - Provisão para perdas de crédito esperada; • Nota Explicativa nº 6 d e 15 - Capitalização de gastos com desenvolvimento; • Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros; • Nota Explicativa nº 14 - Arrendamentos mercantis operacionais; **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6 d (iii) - Vida útil do intangível; • Nota 6 e - Redução do valor recuperável; • Nota Explicativa nº 21 - Provisão benefícios pós-emprego; • Nota Explicativa nº 22 d - Reserva de capital - Plano de outorga de ações. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3, e reportar diretamente ao Chief Executive Officer (CEO) que assumiu internamente as responsabilidades de Chief Financial Officer (CFO). A equipe de avaliação revisa regularmente os dados necessários para o cálculo e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de terceiros, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de consolidação: i) **Controlada:** As demonstrações financeiras da controlada é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ii) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investida são eliminados contra o investimento. As perdas não realizadas também são eliminadas a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (impairment) do ativo. b) **Instrumentos financeiros:** i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Contas a receber, outros recebíveis:** As contas a receber de clientes são registradas pelas vendas realizadas ajustadas ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber. ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **Capital social:** As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer efeitos tributários. d) **Imobilizado:** i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Diretoria, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre não qualificados. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ii) **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente serão usufruídos pela Companhia e que o seu custo seja medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos. iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	10%
Edifícios e benfeitorias	5%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. e) **Intangível:** i) **Projetos de pesquisa & desenvolvimento:** Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. ii) **Software:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. iii) **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se nos benefícios econômicos futuros com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

Software	5 anos
Projetos de pesquisa & desenvolvimento	15-20 anos

Métodos de amortização, vida útil e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. f) **Redução ao valor recuperável (Impairment):** i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: i) Inadimplência ou atrasos do devedor; ii) Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; iii) Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; iv) Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; v) O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou vi) Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Diretoria se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ii) **Ativos não financeiros:** Os valores

Receita operacional líquida	Consolidado		Controladora		
	Nota	2025	2024	2025	2024
23	422.648	382.068	422.648	382.068	
Custo de pesquisa e serviços prestados	24	(139.293)	(127.130)	(135.641)	(121.645)
Lucro bruto		283.355	254.938	287.007	260.423
Despesas administrativas e com vendas	24	(126.874)	(109.935)	(126.874)	(109.935)
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	(5.846)	(5.445)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(23.645)	5.776	(21.787)	5.642
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		132.836	150.779	132.500	150.685
Receitas financeiras		65.785	53.422	65.782	53.422
Despesas financeiras		(12.113)	(4.252)	(11.774)	(4.158)
Variações cambiais, líquida		(124)	(47)	(124)	(47)
Financieiras líquidas	25	53.548	49.123	53.884	49.217
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		186.384	199.902	186.384	199.902
Imposto de renda e contribuição social:					



CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.
CNPJ 06.981.381/0001-13



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

Os royalties devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato. As receitas de royalties reconhecidas pela Companhia referem-se à variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem, em grande parte, durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o recebimento de faturamentos do período seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como "receitas diferidas" no passivo circulante. **ii) Venda de bens e serviços:** A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas. **i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que deverão ser aplicadas às diferenças temporárias quando de sua reversão, baseando-se nas leis que estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderão impactar a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos poderão ser compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Incentivos fiscais federais: A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos nas unidades sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos que comprovarem, junto à Sudene, a realização de investimentos no Nordeste, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste. O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente determinada "lucro da exploração", gerado por unidades industriais incoerentes. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real. A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado com dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. A Administração da Companhia compra todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes. Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas. **l) Resultado por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por ação. **m) Ativos arrendados:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06/(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizá-los como arrendamento de juros e não de arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina a taxa incremental sobre empréstimo obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem da índice ou taxa, inicialmente; • Mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **i) Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. **ii) Ativos ambientais:** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia gerencia os riscos associados com assuntos ambientais em todas as atividades que possam causar impacto ambiental. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **o) Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável. O CPC 07 (R1).24 permite duas formas de apresentar benefício governamental relativo a ativos. Pode ser apresentado no balanço patrimonial como receita diferida, que é reconhecida como receita de forma sistemática e racional ao longo da vida útil do ativo. Alternativamente, pode reduzir o valor contábil do ativo. O benefício é então reconhecido como receita ao longo da vida útil de um ativo depreciável por meio de redução no encargo de depreciação.

buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O Grupo classifica como equivalente de caixa os saldos de depósitos bancários de curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Qualquer tipo de depósito bancário que não satisfaça essas características cumulativamente, ou mesmo que satisfaçam os critérios, mas não são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo são classificados com aplicações financeiras, no ativo circulante ou não circulante.

Rentabilidade média acumulada da carteira no exercício	Consolidado		Controladora		
	% do CDI	2025	2024	2025	2024
Caixa					
Em moeda local		4	4	4	4
Em moeda estrangeira		13	15	13	15
		17	19	17	19

Bancos
Em moeda local 218 171 218 171
Em moeda estrangeira 240 1.054 -- --
458 1.225 218 171

Aplicações
CDB (i) 101% 628.383 520.334 628.383 520.334
Compromissada (ii) 80% 534 -- 534 --
628.917 520.334 628.917 520.334

Total caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras
629.392 521.578 629.152 520.524
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
324.775 227.402 324.535 226.348
304.617 294.176 304.617 294.176

(i) CDB: aplicações realizadas em bancos de primeira linha, e rendimento profixados em CDI. (ii) Compromissada: aplicação realizada em bancos de primeira linha. Aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento, conforme remuneração em DI. A análise quanto à exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.g.

9. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber de clientes é representado substancialmente por saldos referentes ao licenciamento de variedades, composto da seguinte forma:

Controladora e Consolidado	2025	2024
Clientes	44.023	44.600
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 27)	53.040	55.369
Total	97.063	99.969

(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas (31.609) (30.777)
(-) Provisão para perda de crédito esperada (31.676) (24.658)
Total (nota explicativa nº 26) (63.285) (55.435)
Circulante 9.857 19.405
Não circulante (i) 23.921 25.129

(i) Estão classificadas na rubrica de não circulante o saldo de R\$17.105 referente a royalties a receber das variedades CTC 1-12, em discussão judicial ou administrativa junto a determinados clientes. A movimentação da provisão está apresentada como segue:

Controladora e Consolidado	2025	2024
Saldo inicial em 31 de março de 2024	(55.435)	(58.593)
Reversões	3.782	4.912
Constituições	(11.633)	(1.754)
Saldo final em 31 de março de 2025	(63.285)	(55.435)

As reversões e/ou constituições de provisões estão registradas na rubrica de "Outras despesas e receitas operacionais". É divulgada na nota explicativa nº 24. A análise quanto à exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.

10. OUTROS ATIVOS

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Despesas antecipadas (i)	13.484	6.642	13.484	6.642
Custos de abertura de capital	--	11.048	--	11.048
Adiantamento a fornecedores	3.994	1.457	3.994	1.457
Outros ativos	704	1.292	156	636
	18.182	20.439	17.634	19.783
Ativo circulante	8.295	4.976	7.747	4.320
Ativo não circulante	9.887	15.463	9.887	15.463

(i) Referem-se substancialmente a mudas disponibilizadas para multiplicação de variedades em clientes. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme acordo formalizado junto ao cliente quanto à responsabilidade de multiplicação.

13. IMOBILIZADO

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Custo:				
Saldo em 31 de março de 2023	73.224	6.270	9.937	8.818
Adições	4.357	554	2.133	2.802
Conversão moeda	(82)	(7)	(23)	--
Transferências	684	121	1.160	--
Baixas	(60)	--	(6)	(1.214)
Saldo em 31 de março de 2024	78.123	6.938	13.401	10.406
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383
Conversão moeda	739	55	206	--
Transferências	1.106	104	11	1.258
Baixas	--	(4)	(205)	(686)
Saldo em 31 de março de 2025	91.058	8.257	15.676	12.103
Depreciação:				
Saldo em 31 de março de 2023	(46.993)	(2.796)	(6.898)	(5.310)
Depreciação no exercício	(5.199)	(518)	(1.453)	(910)
Baixa depreciação	--	--	--	369
Conversão moeda	41	2	8	--
Saldo em 31 de março de 2024	(52.151)	(3.312)	(8.343)	(5.851)
Depreciação no exercício	(5.921)	(588)	(1.906)	(1.398)
Baixa depreciação	--	3	184	326
Conversão moeda	(470)	(27)	(95)	--
Transferências	(20)	(1)	--	--
Saldo em 31 de março de 2025	(58.562)	(3.925)	(10.160)	(6.923)
Saldo em 31 de março de 2024	25.972	3.626	5.058	4.555
Saldo em 31 de março de 2025	32.497	4.332	5.516	5.181
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%
Controladora				
Custo:				
Saldo em 31 de março de 2023	68.284	5.892	9.166	8.818
Adições	4.267	554	2.268	2.802
Transferências	684	121	1.160	--
Baixas	(60)	--	(6)	(1.214)
Saldo em 31 de março de 2024	73.175	6.567	12.588	10.406
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383
Transferências	1.106	104	11	1.258
Baixas	--	(4)	(205)	(686)
Saldo em 31 de março de 2025	85.372	7.830	14.657	12.103
Depreciação:				
Saldo em 31 de março de 2023	(44.503)	(2.665)	(6.409)	(5.310)
Depreciação no exercício	(4.499)	(467)	(1.297)	(910)
Baixa depreciação	--	--	--	369
Saldo em 31 de março de 2024	(49.002)	(3.132)	(7.706)	(5.851)
Depreciação no exercício	(5.109)	(529)	(1.815)	(1.398)
Baixa depreciação	--	3	184	326
Transferências	(20)	(1)	--	--
Saldo em 31 de março de 2025	(54.111)	(3.658)	(9.337)	(6.924)
Saldo em 31 de março de 2024	24.173	3.435	4.882	4.554
Saldo em 31 de março de 2025	31.261	4.171	5.320	5.180
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados se necessário de forma prospectiva. A análise foi realizada com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados em 31 de março de 2025. Plantaio de cana corresponde às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura semperperene, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem duração média de cinco cortes. O montante alocado em obras em andamento refere-se principalmente a melhorias em laboratórios de pesquisas e incluindo melhorias sistêmicas. O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo, havendo indícios, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para este período o Grupo não identificou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

14. DIREITO DE USO E OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTOS

a) **Direito de uso:** A movimentação no direito de uso é como segue:

Consolidado	Arrendamento agrícola partes relacionadas		Arrendamento agrícola		Total
	(NE 27)	Imóveis	Veículos	agrícola	
31 de março de 2023	17.713	1.469	8.764	4.216	3.748 35.910
Adição/remensuração	792	--	3	1.549	2.344
Conversão de moeda	--	(23)	--	--	(23)
Amortização	(3.323)	(816)	(3.187)	(1.927)	(843) (10.096)
31 de março de 2024	15.182	630	5.577	2.292	4.454 28.135
Adição/remensuração	--	3.386	5.621	8.935	1.339 19.281
Conversão de moeda	--	293	--	--	293
Amortização	(3.374)	(2.118)	(3.516)	(2.268)	(907) (12.183)
31 de março de 2025	11.808	2.191	7.683	8.959	4.886 35.526
Taxa de amortização	9%	9%	33%	10%	
Controladora	Arrendamento agrícola partes relacionadas		Arrendamento agrícola		Total
	(NE 27)	Veículos	relacionadas (NE 27)	agrícola	
31 de março de 2023	17.713	8.764	4.216	3.748	34.441
Adição/remensuração	792	--	3	1.549	2.344
Amortização	(3.323)	(3.187)	(1.927)	(843)	(9.280)
31 de março de 2024	15.182	5.577	2.292	4.454	27.505
Adição/remensuração	--	5.621	8.935	1.339	15.895
Amortização	(3.374)	(3.516)	(2.268)	(907)	(10.065)
31 de março de 2025	11.808	7.683	8.959	4.886	33.336
Taxa de amortização	9%	33%	10%	10%	

11. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a purgação de lucro tributável futuro com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Consolidado e controladora		Reconhecidos		Reconhecidos	
	2023	no resultado	2024	no resultado	2025	no resultado
Perda de crédito esperada	14.929	(1.073)	13.856	2.669	16.525	2.669
Receita auferir	8.959	(1.798)	7.161	(697)	6.464	(697)
Provisão participação nos lucros	5.468	1.895	7.363	322	7.685	322
Incentivo de longo prazo	5.655	148	5.803	2.320	8.123	2.320
Incentivo fiscal - aceleração	(2.058)	(3.943)	(6.001)	(3.070)	(9.071)	(3.070)
Outras diferenças temporárias	2.227	(1.614)	613	(1.977)	(1.364)	(1.977)
Imposto diferido líquido	35.180	(6.385)	28.795	(433)	28.362	(433)

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos:

Ativos Fiscais Diferidos	Consolidado
2025	5.716
2026	7.518
Após 2027	15.127
Total	28.362

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:



★ continuação

Em 31 de março de 2025 o perfil de vencimento do passivo de arrendamento consolidado é como segue:
Exercícios
 1 a 12 meses 11.395
 13 a 24 meses 8.371
 25 a 36 meses 6.479
 37 a 48 meses 4.100
 A partir de 49 meses 4.805
Total bruto 35.150
 Direto potencial de PIS e COFINS a recuperar (i) (3.251)
Total líquido 31.899

(i) Refere-se ao direito potencial de créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos do arrendamento calculado com base na alíquota teórica de 9,25%. Esta divulgação visa atender ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e representa apenas uma estimativa. Portanto, não constituem efetivamente os créditos que poderão ser tomados no futuro, sendo que quando tal fato ocorrer, os referidos créditos poderão ser materialmente diferidos devido à possibilidade de a alíquota efetiva ser diferente da teórica ou o pagamento não estar sujeito à tomada de crédito, por exemplo, por conta de alterações subsequentes na legislação tributária.

15. INTANGÍVEL

Consolidado				
Consolidado	Software	Melhoramento genético	Novas tecnologias	Total
Custo:				
Saldo em 31 de março de 2023	32.868	180.924	201.581	415.373
Adições	2.704	30.821	-	82.372
Conversão moeda	(21)	-	(21)	(42)
Saldo em 31 de março de 2024	35.551	211.745	250.407	497.703
Adições	3.013	45.180	59.057	107.250
Conversão moeda	190	-	183	373
Saldo em 31 de março de 2025	38.754	256.925	309.647	605.326
Amortização:				
Saldo em 31 de março de 2023	(20.680)	(15.159)	(8.957)	(44.796)
Amortização	(4.116)	(4.932)	(4.780)	(13.828)
Conversão moeda	17	-	15	32
Saldo em 31 de março de 2024	(24.779)	(20.091)	(13.722)	(58.592)
Amortização	(5.204)	(4.008)	(10.457)	(19.669)
Conversão moeda	(184)	-	(181)	(365)
Saldo em 31 de março de 2025	(30.167)	(24.099)	(24.360)	(78.626)
Saldo em 31 de março de 2024	10.772	191.654	236.685	438.111
Saldo em 31 de março de 2025	8.587	232.826	285.287	526.700

Controladora				
Controladora	Software	Melhoramento genético	Novas tecnologias	Total
Custo:				
Saldo em 31 de março de 2023	31.572	180.924	200.332	412.828
Adições	2.704	30.821	48.891	82.216
Saldo em 31 de março de 2024	34.276	211.745	249.023	495.044
Adições	3.013	45.180	59.057	107.250
Saldo em 31 de março de 2025	37.289	256.925	308.080	602.294
Amortização do exercício				
Saldo em 31 de março de 2023	(19.610)	(15.159)	(8.067)	(42.836)
Amortização do exercício	(3.962)	(4.932)	(4.457)	(13.351)
Saldo em 31 de março de 2024	(23.572)	(20.091)	(12.524)	(56.187)
Amortização do exercício	(5.147)	(4.008)	(10.426)	(19.581)
Saldo em 31 de março de 2025	(28.719)	(24.099)	(22.500)	(75.318)
Saldo em 31 de março de 2024	10.704	191.654	236.499	438.857
Saldo em 31 de março de 2025	8.570	232.826	285.130	526.526

Os custos com desenvolvimento referem-se a gastos incorridos com novas tecnologias para o setor sueroenergético, segregados da seguinte maneira:

Melhoramento genético (a)				
	2024	Adições	Conversão de moeda	2025
Novas Tecnologias (b)	250.407	59.057	183	309.647
Total	462.152	104.237	183	566.572

Melhoramento genético (a)				
	2023	Adições	Conversão de moeda	2024
Novas Tecnologias (b)	180.924	45.180	(21)	211.745
Total	201.581	48.847	(21)	250.407

Os custos com os projetos Melhoramento genético e Novas tecnologias, são classificados conforme segue: • Fase 1: Pesquisa aplicada e prova de conceito, a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, método técnico, o potencial de aplicação no mercado, definição de protocolos e protótipo de laboratório. • Fase 2: Desenvolvimento precoce, a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os startups de investigação em campo e potencialmente plantas piloto. • Fase 3: Desenvolvimento avançado, a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração. • Fase 4: Pré-lançamento, a qual abrange as aprovações regulatórias, Seed bulk-up, detalhamento do plano de variedades e plantas em escala semicomercial ou comercial. a) **Melhoramento genético:** O Programa de Variedades Geneticamente modificadas, por meio de seus polímeros regionais estrategicamente distribuídos pelo País (PR/MS/ MT/TO/ SP/GO), permite o Grupo desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplem todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil. A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades pelo período de 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelecido na Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997). b) **Novas tecnologias:** 1) **Projetos de Melhoramento genético com emprego de biotecnologia (transgenia):** A biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (traits) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil. O Programa de Biotecnologia tem como foco principal é a produção de plantas geneticamente modificadas com o uso de genes que conferem tolerância a insetos e herbicidas. Esta estratégia de controle já foi empregada em outras culturas, tais como milho, soja e algodão, e apresentam bons resultados em relação ao controle de suas pragas agrícolas. As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas à aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados. O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades e das tecnologias relacionadas por pelo menos 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados provisórios de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997) e/ou por pelo menos 20 anos a contar da data de depósito de pedido de patente de invenção, conforme estabelece a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996). II) **Projeto Sementes Artificiais:** O Projeto de Sementes Artificiais tem por objetivo desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de sementes sintéticas, a fim de obter um aumento da eficiência no processo produtivo como um todo por meio da utilização de materiais genéticos de qualidade, livres de pragas e doenças, maquinários mais leves para plantio, levando à menor compactação do solo, menor volume de material por hectare, dentre outros. Esse projeto reforça o nosso papel disruptivo, uma vez que a Companhia acredita que não existe tecnologia semelhante no Brasil ou no mundo. Alocação dos desembolsos com pesquisas: As despesas de pesquisa são reconhecidas no resultado, desembolsos com desenvolvimento são capitalizados apenas como ativos intangíveis se os critérios de reconhecimento do IAS 38/CPC 4 - Ativo Intangível forem atendidos, isso inclui a suficiente certeza de que a atividade de desenvolvimento dará origem a fluxos de caixa financeiros futuros que também cobrem os respectivos gastos de desenvolvimento. No caso do Grupo, isso ocorre de acordo com as regras atribuídas para cada tecnologia, sendo elas: • Melhoramento genético: todos os gastos incorridos em variedades comerciais até a Fase 3; • Novas Tecnologias: todos os gastos incorridos em variedades comerciais de tecnologia já conhecidas até sua desregulamentação internacional e nos casos de desenvolvimento de novas tecnologias, apenas gastos de Fase 3. Os custos com os projetos de Melhoramento genético e Novas Tecnologias, incorridos fora das normas citadas acima, são reconhecidas no resultado na rubrica de "custos de pesquisa e serviços prestados". A amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos é reconhecida no "custos e despesas por natureza", nota explicativa nº 24. **Teste por redução ao valor recuperável (impairment):** O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Para o exercício findo em 31 de março de 2025 a Diretoria não identificou indícios de perda no valor recuperável.

16. FORNECEDORES

Referem-se, substancialmente, a fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Fornecedores nacionais	22.947	18.947
Fornecedores estrangeiros	1.544	2.863
Total	24.491	21.810

17. FINANCIAMENTO

Controladora e Consolidado		Vencimento		Saldo devedor	
Modalidade	Moeda	Encargos de até	Garantias	2025	2024
FINEP	R\$	TR + 3,3% a.a.	2027 2035	134.070	74.435
Financiamentos máquinas	R\$	CDI + 2,4% a.a.	2024 2028	1.362	-
Total				135.432	74.435

Passivo circulante 665 110
Passivo não circulante 134.767 74.325

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por ano-safra de vencimento:

Exercício de vencimento		2025	2024
2025		570	110
2026		380	-
2027		5.897	3.065
2028		16.867	9.195
2029		16.551	9.195
2030		95.168	52.870
Demais anos		135.432	74.435

Em 22 de agosto de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento, para captação de recursos junto ao FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), no montante de R\$180.000, com vencimento final em 2035. Sobre o montante principal incide juros de taxa referencial ("TR") + 3,3% ao ano. O recebimento inicial no montante de R\$ 74.325 ocorreu em 24 de outubro de 2023 e o recebimento da segunda parcela de liberação no montante de R\$ 59.460 ocorreu em 10 de julho de 2024. A terceira e última liberação de valores será disponibilizada pelo FINEP conforme andamento dos projetos dos quais o financiamento está atrelado. O pagamento dos juros ocorre mensalmente e o pagamento do principal terá primeira parcela a partir de 2027, o qual também será pago mensalmente. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada da seguinte:

Controladora e Consolidado				
	2024	Captações	Juros incorridos	Pagamentos
Financiamentos máquinas	-	1.520	10	(168)
Financiamentos	74.435	59.460	5.090	(168)
Total	74.435	60.980	5.090	(168)

Controladora e Consolidado				
	2023	Captações	Juros incorridos	Pagamentos
Financiamentos	-	74.325	1.468	-
Total	-	74.325	1.468	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

18. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de férias ,13º salário e encargos	12.813	10.930	12.813	10.930
Provisão para participação nos resultados (i)	24.404	21.894	23.741	21.655
Encargos trabalhistas a pagar	9.736	7.602	9.736	7.602
Outros	-	96	-	6
Total	46.953	40.522	46.290	40.193

(i) O Grupo reconhece participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta metas previamente definidas aos funcionários e diretores estatutários. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação.

19. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível entre outros. A Diretoria, apoiada pela opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de março de 2025, se encontra provisionado o montante de R\$ 650 (R\$ 1.362 em 31 de março de 2024), o qual, na opinião da Diretoria e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência está registrada na conta de despesas administrativas e com vendas. Se encontram registrados na rubrica de depósitos judiciais referentes a esses processos, R\$ 1.186 em 31 de março de 2025 (R\$ 1.453 em 31 de março de 2024).

	Provisões de natureza trabalhista		Depósitos judiciais	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 31 de março de 2023	-	(959)	11.075	-
Adições	-	(409)	319	-
Baixas (i)	-	6	(9.941)	-
Saldo em 31 de março de 2024	-	(1.362)	1.453	-
Adições	-	(615)	203	-
Baixas	-	1.327	(470)	-
Saldo em 31 de março de 2025	-	(650)	1.186	-

(i) Em exercícios anteriores a Companhia foi notificada pelo FINEP pelo suposto não cumprimento de prestação de contas referente ao saldo de financiamento de projetos e depositou judicialmente os valores envolvidos (R\$22.917). O valor parcialmente compensado, R\$12.974, com o financiamento no exercício findo em 31 de março de 2021 e o saldo restante (R\$9.941) resgatado pela Companhia em função sentença favorável a Companhia transitada em julgado no exercício findo em 31 de março de 2024. Adicionalmente, o Grupo está sujeito a processos judiciais classificados como possível, sendo as de natureza Tributária Federal, no montante de R\$ 62.095 (R\$ 61.480 em 31 de março de 2024), cível no montante de R\$ 23.332 (R\$ 23.101 em 31 de março de 2024) e trabalhista, no montante de R\$1.435 (R\$ 1.600 em 31 de março de 2024), em diversas fases do rito processual.

20. PROVISÃO BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia possui um compromisso de assistência médica pós-emprego com seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes, em decorrência das contribuições fixas e mensais que foram realizadas pelos empregados, garantindo a esse grupo a continuidade no plano de assistência médica. Os saldos relativos à provisão de benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Assistência médica pós-emprego	5.839	5.716
Outros benefícios	1.007	1.156
Total	6.846	6.872

Circulante 957 926
 Não circulante 5.889 5.946

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco. Os empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos e contribuições variáveis de alguns procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade. **Revisão anual do plano de saúde:** Os compromissos atuais e os custos com os planos de benefícios definidos de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais estão: • Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e • Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuárias. Em 31 de março de 2025, o passivo foi renumerado com as premissas atuárias vigentes cujo resultado está demonstrado no quadro abaixo. a) **Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido:** As premissas atuárias financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

	2025	2024
Tábua de Mortalidade	AT-2000, por sexo	AT-2000, por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Invalidez	IAPB 1957	IAPB 1957
Rotatividade	0,30/Tempo de Serviço + 1) (1)	0,30/Tempo de Serviço + 1) (1)
Idade para Aposentadoria	100% aos 60 anos (2)	100% aos 60 anos (2)
Composição Familiar		
- Ativos	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres
- Inativos	Grupo Familiar informado	Grupo Familiar informado
Taxa Estimada de Permanência no Plano	100%	100%

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	6ª outorga	7ª outorga	8ª Outorga	Total
Data da outorga	20/07/2017	25/06/2018	19/07/2019	20/07/2020	13/07/2021	21/06/2022	21/07/2023	19/07/2024	
Ações outorgadas	210.000	227.600	249.600	223.200	181.600	170.000	111.200	279.093	1.652.293
Ações canceladas (i)	(8.800)	(25.200)	(27.200)	(18.000)	(18.000)	(34.000)	(10.800)	-	(140.000)
Ações concedidas	201.200	202.400	222.400	207.200	163.600	136.000	100.400	279.093	1.512.293
Ações recompradas (ii)	(20.880)	(20.880)	(22.680)	(20.880)	(13.680)	(12.360)	(8.400)	-	(119.760)
Ações restantes	180.320	181.520	199.720	186.320	149.920	123.640	92.000	279.093	1.392.533

(i) Refere-se a outorgas concedidas e ex-beneficiários que não pertencem mais ao quadro funcional da Companhia. (ii) Refere-se a recompra de ações de ex-beneficiários da Companhia. A Companhia reconheceu no exercício despesa administrativa no montante R\$ 6.823 com opções de ações em 31 de março de 2025 (R\$ 3.030 no exercício findo em 31 de março de 2024). Em função da concessão das ações estar vinculada a ocorrência do Evento de Liquidez, não houve qualquer exercício dessas desde a constituição do plano. O total de ações outorgadas em 31 de março de 2025, 1.392.533 ações (1.328.800 ações em 31 de março de 2024) as quais são reconhecidas no patrimônio líquido à rubrica de reserva de capital. O programa tem como objetivo reforçar a retenção dos executivos chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. Quando do lançamento de cada programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Este contrato definirá: (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, (ii) o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, e (iii) quaisquer outros termos e condições adicionais, à condição de que não estejam em desacordo com as disposições do respectivo Plano ou Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia. f) **Dividendos:** De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	Consolidado	Controladora
	2025	2024
Resultado do exercício	175.677	152.307
(-) Reserva legal 5%	8.784	7.679
Base de destinação após reserva legal	166.893	144.628
(-) Reserva de incentivos fiscais	23.571	-
Base de destinação após incentivos fiscais	143.322	144.628
% Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	35.830	36.157
Dividendos mínimos propostos	35.830	36.157

A Companhia mantém o passivo a pagar de dividendos pelo período de 3 anos, após transcorrido esse período os valores são revertidos em contrapartida de lucros acumulados, conforme artigo 287, inciso II, da Lei 6.404/76. g) **Resultado por ação:** A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

|--|



CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.
CNPJ 06.981.381/0001-13



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R\$ e USD. *Risco de variação do dólar sobre ativos e passivos expostos a moeda - redução do índice:*

Exposição	Risco	Cenários							
		Provável		em 25%		em 50%			
		Taxa	Valor	Valor	%	Valor	%		
Instrumentos									
Ativo Financeiros									
Bancos em moeda estrangeira	42	Redução	Dólar	5,74	240	4,31	181	2,87	120
Fornecedores estrangeiros	269	Redução	Dólar	5,74	1.544	4,31	1.158	2,87	772
Outras contas a pagar	206	Redução	Dólar	5,74	1.185	4,31	889	2,87	593
Resultado financeiro projetado				2.969		2.228		1.485	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(741)		(1.484)	

Risco de variação do dólar sobre ativos e passivos expostos a moeda - aumento do índice:

Exposição	Risco	Cenários							
		Provável		em 25%		em 50%			
		Taxa	Valor	Valor	%	Valor	%		
Instrumentos									
Ativo Financeiros									
Bancos em moeda estrangeira	42	Aumento	Dólar	5,74	240	7,18	301	8,61	362
Fornecedores estrangeiros	269	Aumento	Dólar	5,74	1.544	7,18	1.930	8,61	2.317
Outras contas a pagar	206	Aumento	Dólar	5,74	1.185	7,18	1.483	8,61	1.778
Resultado financeiro projetado				2.969		3.714		4.457	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						745		1.488	

e) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente das contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Riscos de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos contratuais mencionados nas notas explicativas nº 8 e 9. **Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. **Contas a receber:** Com relação às contas a receber, o Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises da situação dos clientes e de medidas cabíveis de acordo com a política vigente. Em 31 de março de 2025, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. **Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** A despesa com a constituição dessa provisão de perdas foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A composição por vencimento dos recebíveis na data das Informações contábeis era a seguinte:

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	32.303	42.241	163	996
Vencido de 1 a 30 dias	516	143	6.173	6.545
Vencido de 31 a 60 dias	6.173	6.545	4.097	3.545
Vencido de 61 a 180 dias	4.097	3.545	53.811	46.499
Vencido de 181 a 360 dias	53.811	46.499	97.063	99.969
Vencido acima de 360 dias	97.063	99.969	(31.609)	(30.777)
Total (nota explicativa nº 9)	(31.609)	(30.777)	(31.676)	(24.658)
(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	(31.676)	(24.658)	(63.285)	(55.435)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(63.285)	(55.435)	33.778	44.534
Total (nota explicativa nº 9)	33.778	44.534		

f) **Risco de liquidez:** A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados: **Cronograma de amortização da dívida:**

	Valor Fluxo de caixa	12	13	24	25	36	37	48	49	60	61	96
31 de março de 2025	contábil	contratual	meses	meses	meses	meses	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Fornecedores	24.491	24.491	24.491	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	135.432	148.468	5.080	5.080	5.080	17.257	17.257	98.713				
Valor Fluxo de caixa	12	13	24	25	36	37	48	49	60	61	96	
31 de março de 2024	contábil	contratual	meses	meses	meses	meses	meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Fornecedores	21.810	21.810	21.810	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	74.435	76.464	-	-	-	-	9.485	66.899				

g) **Risco de mercado:** Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco do Grupo vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os ativos e passivos do Grupo indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário. **Perfil:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis do Grupo era:

	Risco		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Consolidado e controladora				
Instrumentos de taxa pré-fixada				
Fornecedores		24.491		21.810
Instrumentos de taxa variável				
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	628.917	520.334	
Financiamentos	TR/CDI	135.432	74.435	

Análise de sensibilidade

No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 11,21%, taxa média de juros efetivos nos últimos doze meses. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido. **Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:**

Exposição	Risco	Cenários							
		Provável		em 25%		em 50%			
		%	Valor	Valor	%	Valor	%		
Instrumentos									
Ativo Financeiros									
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	628.917	Redução	CDI (*)	11,22	70.553	8,41	52.892	5,61	35.282
Empréstimos e financiamentos									
Financiamentos	(135.432)	Redução	TR/CDI	4,40	(5.959)	3,30	(4.469)	2,20	(2.980)
Outros Instrumentos									
Benefícios pós-emprego	(6.846)	Redução	CDI (*)	11,22	(768)	8,41	(576)	5,61	(384)
Resultado financeiro projetado					63.826		47.847		31.918
Impacto no resultado e no patrimônio líquido							(15.979)		(31.908)

(*) Fonte: Receita Federal do Brasil.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas:

Exposição	Risco	Cenários						
		Provável		em 25%		em 50%		
		%	Valor	Valor	%	Valor	%	
Instrumentos								
Ativo Financeiros								
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	628.917	CDI (*)	11,22	70.553	14,02	88.174	16,83	105.847
Empréstimos e financiamentos								
Financiamentos	(135.432)	TR/CDI	4,40	(5.959)	5,50	(7.449)	6,60	(8.939)
Outros Instrumentos								
Benefícios pós-emprego	(6.846)	CDI (*)	11,22	(768)	14,02	(960)	16,83	(1.152)
Resultado financeiro projetado				63.826		79.765		95.756
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						15.939		31.930

(*) Fonte: Receita Federal do Brasil.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativas tecnológicas. **h) Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Diretoria. Esses indicadores correspondem aos índices: De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1 Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante	684.226	558.336	683.438	556.626
Passivo circulante	123.830	112.842	122.913	110.922
Índice de liquidez	5,53	4,95	5,61	5,02

27. PARTES RELACIONADAS

i) **Controladora e controlador final:** O grupo de Controladores finais é formado pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raizen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Grupo Tereos, Grupo BP Bioenergy e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool. ii) **Remuneração do pessoal-chave da Diretoria:** A remuneração paga para Diretoria é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$12.522 (R\$9.928 em 31 de março 2024). Em adição as despesas acima mencionadas, a Companhia possui um plano de remuneração baseada em ações conforme divulgado na nota explicativa nº 22. iii) **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício decorrem de transações são realizadas de acordo com os preços acordados entre as partes, com o Grupo e suas partes relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Contas a receber (a)	9	53.040	55.369		
Passivo					
Dividendos a pagar (b)		36.765	38.030		
Obrigações com arrendamento (c)	14	23.102	19.980		
Outras contas a pagar (d)		1.185	1.469		
Resultado					
Receita de vendas (e)	23	329.035	295.359		

a) **Contas a receber:** Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os royalties são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.

Contas a receber (nota explicativa)

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
BP Bioenergy	14.788	14.788	8.301	8.301
Grupo Virgolino de Oliveira	8.301	8.301	5.370	5.228
Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda.	5.370	5.228	3.753	4.805
Usina Açucareira Ester S.A.	3.753	4.805	2.610	2.114
Clealco Açúcar e Alcool S.A.	2.610	2.114	2.335	2.335
Tonon Bioenergia S.A.	2.335	2.335	2.286	-
Grupo Eth	2.286	-	2.235	6.099
Grupo Adecoagro	2.235	6.099	2.111	1.164
Usina Açucareira Furlan S.A.	2.111	1.164	1.728	1.728
Usina Santa Rosa S.A.	1.728	1.728	1.535	872
Dacalda Açúcar e Alcool Ltda.	1.535	872	1.140	1.140
Usina Uberaba S.A.	1.140	1.140	788	811
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	788	811	666	666
Usina São Francisco S.A.	666	666	627	627
Usina Santo Antônio S.A.	627	627	609	-
USJ - Açúcar e Alcool S.A.	609	-		

Contas a receber (nota explicativa)

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Grupo Raizen	522	224	365	-
Usina Santa Fé S.A.	365	-	353	-
Agroterenas S.A.	353	-	164	167
Pedra Agroindustrial	164	167	156	156
Naoum	156	156	114	45
Zilor	114	45	108	104
Grupo Unialco	108	104	107	1.404
Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda.	107	1.404	94	-
Destilaria Nova Era Ltda.	94	-	57	175
Serranópolis	57	175	56	170
Usina São Luiz	56	170	48	100
Usina Santa Adelia S.A.	48	100	12	181
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	12	181	-	523
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	-	523	-	496
Usinas Itamarati S.A.	-	496	-	389
Usina Batatas S.A. Açúcar e Alcool	-	389	-	199
Della Coletta Bioenergia S.A.	-	199	-	127
Usina Ipiranga de Açúcar e Alcool S.A.	-	127	-	122
J. Pilon Açúcar e Alcool	-	122	-	109
Nova América Agrícola Ltda.	-	109	-	53.040
		53.040		55.369

b) **Dividendos a pagar:** De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A companhia possui registrados na rubrica de dividendos a pagar o montante de R\$ 36.765 (R\$ 38.030 em 31 de março de 2024) o qual está à disposição dos acionistas. c) **Passivo de arrendamento:** Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia possuía registrado no passivo contratos de arrendamento das transações com partes relacionadas.

Obrigações com arrendamento de imóveis (nota 14)

	2025	2024
Copersucar S.A.	14.040	17.440
	14.040	17.440

Obrigações com arrendamento agrícola (nota 14)

	2025	2024
São Martinho S.A.	6.629	-
Usina Açúcar Santa Terezinha Ltda.	772	1.297
Raizen Energia S.A.	584	-
Usina Santa Adelia S.A.	171	1.019
Ipiranga Agroindustrial S.A.	162	-
Pedra Agroindustrial S.A.	154	179
Jaliles Machado S.A.	148	-
Usina Tietê Agroindustrial S.A.	147	-